

Goza 324

**SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE:
SEU CONTRIBUTO NA GERAÇÃO DE EMPREGO**

Adélia Filosa Francisco Chicombo

TRABALHO DE LICENCIATURA

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE ECONOMIA

CURSO DE GESTÃO

Maputo, Abril de 08

Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência para obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que foram usadas.

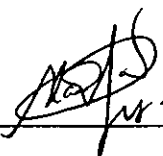
Adélia F.F. Chicombo

Adélia Filosa Francisco Chicombo

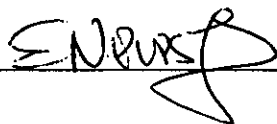
(12 de Maio, de 2008)

Aprovação do júri

Este trabalho foi aprovado com 14 valores no dia 12 de MAIO de 2008, por nós membros do júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane.



(Presidente do Júri)



(Arguente)



(O Supervisor)

Dedicatória

Aos meus pais e meus irmãos,

Pessoas muito queridas e especiais para mim, dedico este trabalho de Licenciatura.

Epígrafe

*“O Informal é, não obstante, o principal
regulador económico e social e revela
um dinamismo projectado para o futuro”*

(HUGON, 1999).

Agradecimentos

1. A Deus, por iluminar o meu caminho, dando muita saúde e muita força.
2. Ao meu supervisor, Professor Doutor José A. da C. Chichava, pela sua excelente orientação e dedicação na pesquisa. E por tornar possível este trabalho de Licenciatura.
3. A Professora Dra. Maria Antónia R. F. Lopes, pela sua orientação na correcção do trabalho.
4. Ao corpo docente da Faculdade de Economia que muito contribuíram para a minha formação.
5. A Carlota, Nénia, Adélia, amigas de todos os momentos e colegas de carteira.
6. A Dona Bernadete Moraes, funcionária do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, por ter facultado informação para o aprimoramento da presente pesquisa.
7. Aos meus amigos e a todos que directa ou indirectamente contribuíram na pesquisa.

LISTA DE ABREVIATURAS

CIET - Conferência Internacional de Estatística de Trabalho

CMCM – Conselho Municipal de Cidade de Maputo

INE - Instituto Nacional de Estatística

NOE - *Non Observed Economy*

OEG - Orçamento Geral do Estado

OIT - Organização Internacional de Trabalho

ONG's - Organizações Não Governamentais

PARPA - Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta

PEA - População Economicamente Activa

PIB - Produto Interno Bruto

PNB - Produto Nacional Bruto

PRE - Programa de Reabilitação Económica

PVD's - Países em Vias de Desenvolvimento

SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

Resumo

O sector informal nos PVD's, especificamente em Moçambique constitui um conjunto de actividades produtivas e comerciais, que são praticadas pelas populações que vê nele uma fonte de emprego e de obtenção de rendimentos que os ajude a suprir as suas necessidades quotidianas.

O presente trabalho de licenciatura visa estudar o sector Informal em Moçambique, especificamente o seu contributo na minimização do desemprego em Moçambique.

Para a elaboração do Trabalho fez-se uma pesquisa bibliográfica recorrendo a material já elaborado, fez-se também uma análise das estatísticas nacionais em relação ao sector informal com base no inquérito elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística em 2005, fez-se também entrevistas ao conselho Municipal da Cidade de Maputo bem como aos próprios sujeitos de Sector Informal.

O estudo feito permitiu constatar que o Sector Informal em Moçambique é dinâmico e de extrema importância para a população Moçambicana que vive na sua maioria em condições de extrema pobreza absoluta.

Índice	pág.
I. Introdução	1
1.1. Problema da Pesquisa	3
1.2. Objectivos.....	4
1.2.1. Objectivo Geral.....	4
1.2.2. Objectivos Específicos	4
1.3. Justificação da Escolha do Tema.....	4
1.4. Definição do Tipo de Pesquisa	5
1.5. Estrutura do Trabalho	6
II. Enquadramento Teórico.....	7
2.1. Conceitualização do Tema.....	7
III. Metodologia	10
IV. Desenvolvimento.....	10
4.1. Tipos de Economia Não Observada (NOE)	11
4.2. Diferenças Entre Sector Formal e o Sector Informal	14
4.3. Emergência do Sector Informal em Moçambique.....	18
4.4. Características do Sector Informal em Moçambique	22
4.5. Constrangimentos do Sector Informal em Moçambique	27
4.6. Situação Ocupacional da População Activa Moçambicana	29
4.7. Contribuição do Sector Informal para as Contas Nacionais.....	33
4.8. Situação da Mulher no Sector Informal.....	34
4.9. Impacto do Sector Informal no Sector Agrícola.....	37
4.10. Sector Informal Diante da Integração Regional da SADC.....	38
V. Conclusão e Recomendações.....	42
5.1. Conclusão	42
5.2. Recomendações	44
VI. Referências Bibliográficas	46
VII. Anexos	

Índice de Tabelas e Gráficos	pág.
Tabela 1: Tipos de Economia Não Observada	13
Tabela 2: Comparação das características do sector informal e formal.	15
Tabela 3: Diferenças entre o sector formal e o informal.	16
Tabela 4: Desemprego registado no final do período por província, 2001-2005.	32
 Gráfico nº1: Percentagens de trabalhadores informais com sete anos e mais por principal sector de actividade.	23
Gráfico nº2: Percentagens de trabalhadores informais com sete anos e mais por principal sector de actividade em cada região geográfica.	24
Gráfico nº3: Desemprego registado no final do período por província, 2001-2005.	32

I. Introdução

Em Moçambique o sector informal resulta predominantemente das mudanças económicas e políticas desde a independência.

Em 1987 iniciou-se no País a implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE).

Este programa foi concebido com o objectivo de estancar a queda da economia e promover o desenvolvimento do País mesmo nas condições de guerra que afectava grande parte do território Moçambicano.

Em geral, esperava-se que as medidas económicas no âmbito do PRE tivessem efeitos positivos na vida socio-económica do País e dos cidadãos, mas tal não aconteceu porque o custo de vida subiu drasticamente, o valor da moeda, o salário que os trabalhadores auferiam baixou substancialmente, registou-se altas taxas de inflação, e face a isso, o cidadão comum deixou de poder sobreviver unicamente do salário.

Para agravar mais a situação, a indústria nacional foi assolada por uma crise ainda mais grave, com empresas paralisadas por falta de matérias-primas e obsolescência do equipamento.

Sob pretexto de reorganização e saneamento empresarial, e no contexto das privatizações das empresas, milhares de trabalhadores são despedidos como excedentários. COUGHLIN (2005:67).

Esta situação contribuiu sobremaneira para o impulso do crescimento do sector informal, sobretudo no comércio onde se pode obter resultados após o investimento efectuado.

É importante reter que o desenvolvimento de actividades informais iniciou de forma discreta, ainda no período colonial, no início da década 70. Embora na fase inicial a tendência do Governo tenha sido de o marginalizar, há actualmente um interesse crescente de se desenvolverem estudos sobre o assunto e de se incrementar o desenvolvimento de micro-negócios.

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE: SEU CONTRIBUTO NA GERAÇÃO DE EMPREGO

Esses constrangimentos podem ser entre outros o desenvolvimento dessas actividades em locais sem sanitários, ausência de uma organização adequada para o desenvolvimento da actividades do género.

É importante referir que a existência do sector informal numa economia (principalmente nos PVD's), é de extrema importância, pois ele funciona como uma esponja que adsorve a mão-de-obra que não encontra emprego no moderno sector formal de economia e daqueles que complementam os seus rendimentos que auferem no sector formal visto que estes não são suficientes para suprir as suas necessidades.

Este tem com isso proporcionado maior dinâmica das práticas económicas, impulsionando o crescimento económico e consequente alívio da pobreza absoluta que afecta a maior parte da população nesses países.

1.1. Problema da Pesquisa

Dado que Moçambique possui altos níveis de pobreza absoluta relacionados com altas taxas de analfabetismo, grande percentagem da população é jovem e se encontra na sua maioria desempregada, com isso tem se assistido a propagação do sector informal por este ser um sector com facilidade de entrada, e com falta de regulamentação do mercado.

Um dos aspectos críticos a salientar quando se fala do sector informal é a distinção entre actividades formais das informais, pois se constata que para que uma actividade seja considerada formal é exigida uma série de requisitos que não se enquadram na realidade Moçambicana, aliado a isto está o problema do excesso da burocracia para o licenciamento dessas actividades.

O sector informal é um sector dinâmico e de extrema importância para a sobrevivência da maior parte da população moçambicana que não encontra emprego regular no sector formal.

A marginalização, e a tentativa de eliminar este sector têm sido um dos factores de entrave para o sucesso das políticas do governo no que concerne à redução da pobreza absoluta em Moçambique com vista ao crescimento económico do País.

Este sector tem contribuído sobremaneira na minimização da pobreza, na geração de emprego, geração de rendimento, criação de oportunidade de consumo, e conseqüente crescimento económico, que pode gerar desenvolvimento económico do País.

É neste sentido que a questão de fundo do presente Trabalho de Licenciatura é: sendo Moçambique uma economia subdesenvolvida e com poucas alternativas de resolução do problema da pobreza absoluta que assola a maior parte da população Moçambicana, qual tem sido o contributo do sector informal na minimização do problema de desemprego em Moçambique?

1.2. Objectivos

1.2.1. Objectivo Geral

- Analisar o impacto do sector informal na economia de modo a mostrar o porquê da sua importância como alternativa na solução ao problema de desemprego nos Países em Desenvolvimento, especificamente em Moçambique.

1.2.2. Objectivos Específicos

- Analisar as diferentes abordagens sobre o conceito de sector informal, e as diferenças que este apresenta com o sector formal;
- Analisar os factores que estão ligados com a emergência do sector informal em Moçambique e apresentar as características com ele relacionadas;
- Fazer menção dos constrangimentos que surgem como consequência da prática de actividades informais em Moçambique
- Avaliar a contribuição que o sector tem para as Contas Nacionais, sobretudo na geração de emprego;
- Fazer uma análise quantitativa da população que exerce actividades informais;
- Apresentar as conclusões alcançadas depois de feita a análise quantitativa e qualitativa sobre o contributo do sector informal, respondendo desta forma a questão de fundo do presente trabalho de licenciatura.

1.3. Justificação da Escolha do Tema

Nos últimos tempos tem sido frequente observar-se campanhas e planos de acção relacionados com a problemática da pobreza absoluta em Moçambique. Associado a isso existe o problema de desemprego que tem influenciado da forma negativa os resultados do programa do Governo de combater a pobreza absoluta em Moçambique.

E é nesta perspectiva que não se deve deixar de fora a análise do sector informal que tem se mostrado preponderante para a resolução do problema supracitado.

Para que o problema de pobreza absoluta seja resolvido de forma satisfatória é necessário que se tracem estratégias que vão de acordo com a realidade económica de Moçambique. É neste sentido que o sector informal surge desde a independência como uma alternativa de solução do problema do desemprego, por isso ele não deve ser marginalizado nem ignorado.

É importante que um Gestor saiba a importância que este sector desempenha para o desenvolvimento socio-económico do país, podendo dessa forma ajudar a traçar estratégias e directrizes que vão de acordo com as especificidades que o sector apresenta, ajudando assim no alcance dos objectivos do Estado Moçambicano.

Portanto, foi neste sentido que se sentiu a necessidade de produzir uma análise que possa servir de base para divulgação do impacto que o sector informal tem para a redução do desemprego em Moçambique.

1.4. Definição do Tipo de Pesquisa

Devido à natureza do tema a ser investigado, os critérios de classificação de investigação que se mostram apropriados são: quanto a origem será pesquisa bibliográfica, que será feita a partir de material já elaborado, quanto aos fins será uma investigação descritiva, que basear-se-á na exposição das características do sector informal, quanto aos meios de colheita de dados e informação será pesquisas bibliográficas, documental e consulta a especialistas nesta área.¹

¹ Ficha de apontamentos da Disciplina Métodos de Investigação Económica.

1.5. Estrutura do Trabalho

O presente trabalho é constituído por cinco partes, onde na primeira parte está a Introdução do trabalho, onde se debruça sobre o problema que levou a elaboração desse trabalho, os objectivos gerais e específicos a serem alcançados, o tipo de pesquisa que será usado para o alcance dos objectivos e os fundamentos que levaram a escolha do tema.

A segunda parte do trabalho trata sobre o enquadramento Teórico onde se faz a conceitualização do tema referenciado.

Na terceira parte faz-se menção da metodologia adoptada para a elaboração da pesquisa.

Na quarta parte deste trabalho apresenta-se o desenvolvimento do trabalho, nesta secção são abordadas questões como:

Tipos de Economia Não Observada, apresentam-se as diferenças básicas que existem entre o sector informal e o formal, as características deste em Moçambique, os constrangimentos que este apresenta, a Situação Ocupacional da População Activa Moçambicana, Contribuição do Sector Informal para as Contas Nacionais, Situação da Mulher no Sector Informal, Impacto que este tem no Sector Agrícola, e a Situação deste Diante da Integração Regional da SADC.

Na quinta parte do trabalho aborda-se sobre as conclusões alcançadas depois de feita a análise sobre este sector e o contributo que este dá a economia nacional na geração de emprego e as recomendações que derivam da análise feita.

II. Enquadramento Teórico

2.1. Conceitualização do Tema

Existem muitos conceitos associados a terminologias alternativas para designar a economia não formal como subterrânea, paralela, submersa (Abreu, 1996:1).

Muitos autores na tentativa de o definirem buscam sua base de definição em aspectos jurídico-legais (como fora da lei, ilegal, clandestina, subterrânea), outros olham para os aspectos estatístico-legais (sector informal como aquele que é caracterizado por actividades não registadas nas contas nacionais). Outro grupo enfatiza aspectos económicos (sector informal como uma economia secundária, alternativa, marginal), e aqueles que, politicamente, vêm o sector informal como uma alternativa de desenvolvimento.²

Segundo (Santos 1994), o sector informal é aquele que engloba actividades que se desenvolvem á margem do controle oficial instituído e da regulamentação económica, carece de registos fiscais e administrativos, de segurança social e estatística, sem acesso ao crédito formal são constituídos por pequenas empresas que operam de forma, muitas vezes, com capital muito limitado e com um número muito reduzido de trabalhadores. Actividades que provocam problemas de consistência na informação estatística e na avaliação económica, criando distorções no cálculo das variáveis macro-económicas como PIB, Rendimento Disponível, Inflação, Taxa de Desemprego, entre outras.

Na óptica de Santos (1994), a definição do sector informal é independente da configuração do espaço físico em que as actividades de produção têm lugar, do volume de capital mobilizado para o processo produtivo, das características temporais da produção (contínua, sazonal, ocasional) e finalmente, da actividade se constituir como principal ou secundária na perspectiva do proprietário.

² José CHICHAVA, J. (1998), *O Sector Informal e as Economias Locais*, Ministério de Administração Estatal, Maputo, pp.6.

Segundo a OIT (1993), o Sector Informal “agrupa as unidades e economias envolvidas na actividade de produção de bens e serviços desenvolvida em pequena escala, de forma artesanal, sem separação a nível de propriedade de factores de produção (trabalho e capital). Baixo nível de organização e tendo por objectivo a criação de emprego e rendimento. As unidades de produção que integram este sector assumem as características de empresas familiares em que não há lugar a um património próprio da unidade de produção. O proprietário é totalmente responsável pelas obrigações que decorrem do exercício da actividade, denominando-se empresa em nome individual. As actividades desenvolvidas por estas unidades não têm por objectivo a evasão fiscal, o não pagamento de taxas ao sistema de segurança social ou a infracção de normas vigentes de carácter regulador dos mercados de bens e serviços e de trabalho.

Segundo Lopes (1999), designa-se sector informal “todo um variado leque de actividades orientadas para o mercado e realizadas com uma lógica e sobrevivência pelas populações que habitam os centros urbanos de países em desenvolvimento ” (LOPES, 1999:2).³

Vletter (1996:5) define o sector informal como sendo aquele que contém a maior parte das micro-empresas licenciadas e não licenciadas (incluindo trabalho por conta-própria) que empregam até cinco trabalhadores.

Banco Mundial (1990:137) define o sector informal como sendo um sector onde operam pequenas empresas dirigidas pelo proprietário e que não se encontram dentro do contexto regulamentar oficial.

Claude de Miras (1991) define o sector informal como o “conjunto de actos económicos mercantis que escapam às normas legais em matéria fiscal, social, laboral ou de registo estatístico e que engloba a pequena produção mercantil, o pequeno comércio, os mercados paralelos e as actividades financeiras informais; são actividades realizadas geralmente a uma escala reduzida, com tecnologias adaptadas, com competências

³LOPES, C.(1999), *O sector informal e desenvolvimento: estudo de caso em Luanda*, in: http://multiculturas.com/angolanos/carlos_lopes_sector_informal.htm, extraído da Internet no dia 08/11/2007

frequentemente adquiridas fora do sistema formal de ensino, com recurso a mão-de-obra intensiva e não assalariada, as mais das vezes realizadas como forma de obtenção dos recursos indispensáveis à sobrevivência dos agentes económicos e respectivas famílias".⁴

Referir que servirá de referência para efeitos desta análise a definição adoptada pela 15ª Conferência Internacional de Estatística de Trabalho (CIET), (1993), "*O Sector Informal pode ser caracterizado como consistindo em unidades engajadas na produção de bens ou serviços, com o objectivo primário de gerar emprego e rendimentos para as pessoas ligadas a essas actividades. Estas unidades operam tipicamente, com um baixo nível de organização, com pouca ou sem divisão entre trabalho e capital, enquanto factores de produção e em escala menor. As relações de trabalho – onde elas existirem – são baseadas, maioritariamente, em emprego casual, parentesco, pessoais ou relações sociais, e não em arranjos sociais, com garantias formais*".⁵

Pelas características que o sector informal possui, não há uma única definição nem consenso para a designação do que é sector informal, as definições que existem variam de acordo com os interesses do analista, que define dando ênfase a certos aspectos em função do seu enfoque de análise.

Referir que apesar dos analistas que fazem análises sobre este sector não chegarem a uma definição clara e geralmente aceite do conceito "sector informal", nota-se a maioria converge no que concerne à dualidade desses, na medida em que há no sector informal a produção bens e serviços para o auto-consumo, e também a produção para a comercialização.

⁴ LOPES, C.(1999), *O sector informal e desenvolvimento: estudo de caso em Luanda*, in: http://multiculturas.com/angolanos/carlos_lopes_sector_informal.htm, extraído da Internet no dia 08/11/2007

⁵ www.ine.gov.mz/noticias/informal, dia 18 de setembro de 2007 às 12 horas.

III. Metodologia

Para o alcance dos objectivos da presente pesquisa, a metodologia a usar terá como base a análise de obras literárias, com sustentação através de dados quantitativos contidos nas estatísticas existentes em vários documentos que abordem o assunto. Por outro lado, será feita a exploração de alguns dados qualitativos – como conhecer a visão opinativa de individualidades que sejam especialistas no assunto e as percepções dos próprios sujeitos do mercado informal.

Para a análise quantitativa dos dados recorrer-se-á a dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), pelo Ministério de Trabalho e outras instituições governamentais que tratam de questões relacionadas com o sector informal e da situação relativa ao emprego de população e o seu desempenho na economia.

IV. Desenvolvimento

O sector informal é um fenómeno sócio-económico característico dos países em vias de desenvolvimento, do qual Moçambique faz parte, mas não só, ocorrem também casos de informalidade nos países industrializados, embora com peso menor.

Moçambique é um país com 20 milhões de habitantes, composto maioritariamente por mulheres, conforme ilustra a tabela nº5 no anexo. Grande fatia dessa população (homens e mulheres) encontra emprego no sector informal, vide também a tabela nº6 no anexo, tabela esta que mostra a importância que este sector tem como fonte de rendimento da população Moçambicana, que é predominado maioritariamente por mulheres.

A dimensão do sector informal e a ausência de um critério único de avaliação para medir o seu peso, nas estimativas de variáveis macroeconómicas, constituem problemas que devem ser resolvidos em função das características particulares de cada país.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) estima que o sector informal seja responsável por 43% das receitas urbanas. O economista Pinto de Abreu (1996:12), usando uma

abordagem monetarista, calcula que a contribuição do sector informal seja de cerca de 33% do PNB. Estas estimativas mostram a relevância deste sector para a nossa economia. A realidade mostra hoje que o sector informal em Moçambique acaba estando directa ou indirectamente associado aos principais objectivos do desenvolvimento (aumento da produção, criação de emprego e combate à pobreza).

De acordo com entrevistas feitas aos operadores informais da cidade de Maputo, nota-se hoje que muitas famílias nos PVD's conseguem sobreviver na base do sector informal, como forma de obterem um rendimento para sua subsistência, por falta de um emprego regular.

A importância do sector informal resulta do facto de ser a única alternativa de ocupação e investimento para a maior parte da população moçambicana, principalmente, jovens, sem especialização ou formação que lhes permita encontrar emprego no moderno sector formal.

4.1. Tipos de Economia Não Observada (NOE⁶)

Nos países em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, o sector informal constitui uma parte relevante da economia do país.

De acordo com o manual para a medição da Economia Não-Observada (OCDE, 2002), a economia informal constitui apenas um aspecto da economia Não-(Directamente) Observada, *NOE*, que pode também aparecer em forma de economia ilegal ou economia subterrânea, que podem ser por razões económicas ou estatísticas.

Podemos distinguir três grupos de Economia Não Observada:⁷

⁶ "Non Observed Economy, Economia não observada.

⁷ INE, *O Sector Informal em Moçambique*, Resultados do Primeiro Inquérito Nacional (2005), Maputo, 28 Agosto 2006, pp.13.

Economia Ilegal: actividades proibidas por lei ou que, mesmo sendo legais, se tornam ilegais quando realizadas por actores não autorizados (exemplo: prática de uma actividade profissional sem licença);

Economia Subterrânea: actividades legais desconhecidas pelas autoridades públicas pelas seguintes razões:

- Evasão fiscal;
- Evasão da contribuição de Segurança Social;
- Não concordância com a legislação laboral sobre direitos dos trabalhadores;
- Não concordância com as normas administrativas relacionadas com respostas obrigatórias na submissão de questionários estatísticos ou de formulários administrativos.

Economia Informal: actividades caracterizadas por um baixo nível de organização com divisão limitada ou inexistente entre trabalho e capital e relações de trabalho, geralmente baseadas em colaboração ocasional, de relação familiar ou de amizade, ao invés de contactos formais.

Contudo, actualmente, no termo actividade informal, usada para inquéritos implementados pelo Instituto Nacional de Estatística em Moçambique, estão incluídas, para além das actividades estritamente informais, também as actividades subterrâneas por razões económicas e estatísticas.⁸

De acordo com CHICHAVA, (1998:12), a diferenciação entre a economia informal e a economia subterrânea é muito importante. Ela permite combater as tendências negativas e marginalizadoras do sector informal e assumi-lo como uma actividade produtiva útil à toda a sociedade. Contudo o autor faz uma diferenciação entre a economia informal e a economia subterrânea, conforme ilustra a tabela abaixo:

⁸ INE, *O Sector Informal em Moçambique, Resultados do Primeiro Inquérito Nacional* (2005), Maputo, 28 Agosto 2006, pp13.

Tabela nº1: Tipos de Economia Não Observada

	Economia Não Observada		
	Sector informal ou Economia Informal	Economia Subterrânea	
		Fraude e Evasão Fiscal	Actividades ilícitas
Universo	Unidades econômicas não registadas pela administração	Unidades econômicas não registadas ou registadas mas, subdeclaradas	Unidades não registadas exercendo actividades à margem da lei
Tipo de unidades económicas	Micro-empresas assentando numa base familiar sem personalidade jurídica	Unidades que enquanto entidades c/personalidade jurídica constituem centros de decisão c/autonomia para afectar recursos	Unidades ilegais ligadas à “gangs” de criminosos ou dos chamados “contrabandistas
Função principal	Produção p/auto consumo artesanal, p/o mercado, auto-emprego	Produção para o mercado	Extra-lucros criminosos
Lógica de produção	Subsistência auto-emprego, organização tradicional	Redução de custos e obtenção de lucros altíssimos de forma fraudulenta	Lucros obtidos de forma ilícita e criminosa
Tipo de actividade	Actividades tradicionais	Actividades tradicionais e modernas	Comércio ilegal

Fonte: CHICHAVA (1998:11).

De acordo com a entrevista feita a alguns funcionários do CMCM, constatou-se que as actividades ilícitas estão sendo combatidas diariamente nos locais de grande concentração de vendedores ambulantes ilegais e que também estão sendo tomadas medidas como:

- Advertência e um trabalho de sensibilização dos mesmos em vários aspectos como, questões de higiene e saneamento;
- Condições de trabalho para estes nos seus locais de venda;
- Medidas coercivas e correctivas para se colmatar com o focus dos vendedores ilegais;

Com essas medidas esperam-se os seguintes resultados:

- Artérias limpas e descongestionadas;
- Garantir que os munícipes circulem a vontade, sem serem despojados dos seus bens;
- Produção de lucros por parte dos comerciantes e combate da fuga ao fisco;
- Devolução da beleza e estética da Cidade de Maputo.

4.2. Diferenças Entre Sector Formal e o Sector Informal

O sector informal difere do sector formal em vários aspectos, alguns dos quais foram citados por três autores abaixo mencionados.

Segundo, NAVALHA (2001:17), se uma actividade não é proibida por lei, a entidade que a pratica pode estar no sector formal se:

- Tiver procedido ao seu registo;
- Tiver obtido o seu Licenciamento;
- Prestar Informação Contabilística;
- Prestar Informação Estatística;
- Pagar impostos.

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE: SEU CONTRIBUTO NA GERAÇÃO DE EMPREGO

Enquanto que uma actividade que não é proibida por lei, a entidade que a pratica pode estar no sector informal se:

- Não tiver procedido ao seu registo;
- Não tiver obtido Licenciamento;
- Não prestar informação Contabilística;
- Não prestar informação Estatística;
- Não pagar impostos.

Tabela nº2- Comparação das características do sector informal e formal

Sector informal	Sector formal
Facilidade de entrada	Dificuldade de entrada
Confiança nos recursos indígenas	Confiança nos recursos externos
Propriedade familiar	Propriedade corporativa
Pequena escala de produção	Grande escala de produção
Trabalho intensivo e tecnologia adaptada	Capital intensivo e tecnologia importada
Talentos adquiridos fora do sistema formal	Talentos adquiridos no estrangeiro
Mercado não regulamentado	Mercado protegido

Fonte: Meir (1989:148), e Colman & Nixon (1994:132).

Segundo CHICHAHA, (1998:9), as diferenças entre o sector formal e o informal são basicamente as seguintes:

Tabela nº 3: Diferenças entre o sector formal e o informal

Sector Formal	Sector Informal
Barreiras para o início da actividade;	De fácil entrada;
Usa muito capital estrangeiro;	Tem como base os recursos nacionais;
Empresa capitalista;	Empresa familiar;
Actividade de média e larga escala;	Actividade de pequena escala;
Usa tecnologias importadas, normalmente de capital intensivo;	Mão-de-obra intensiva e tecnologias adaptadas às circunstâncias;
Exige formação e treinamento profissional;	Os conhecimentos são adquiridos fora da educação e treinamento formal;
Regulamentado e às vezes intervindo em mercados privilegiados e/ou concorrenciais;	Sem regulamentos, mas muito competitivos;
Actua dentro de políticas e controlo do Governo;	Actua fora de qualquer controle Governamental;
Tributável;	Não tributável ou de difícil tributação;
A sua produção está reflectida nas Contas Nacionais;	A sua actividade não é expressa pelas Contas Nacionais;
Baseado em contratos rígidos e não funcionais;	Os acordos são informais, verbais, funcionais e flexíveis;
Mundo dominado por homens "machismo."	Sector dominado por mulheres.

Com as características acima descritas sobre as diferenças entre o que se considera actividade formal e informal, constata-se que a dinâmica e as práticas na economia moçambicana mostram claramente que as condições em que os operadores informais desenvolvem as suas actividades estão muito distantes das exigências que são impostas aos operadores do moderno sector formal.

Referir também que as diferenças patentes nesses dois sectores são significativas e que seria uma tarefa bastante complicada tentar formalizar o sector informal, atendendo a essas especificidades que ele apresenta.

Nestas circunstâncias a tarefa reservada às autoridades nacionais que se encontram directamente ligadas a essas actividades seria de harmonizar e organizar o sector informal de tal forma que este contribua para a minimização dos problemas de pobreza absoluta e desemprego que assolam o País.

Com isso, para harmonizar este sector poder-se-ia criar uma legislação específica, onde se prevê entre outros, aspectos como condições de higiene e salubridade, celebração de contratos que demonstrem claramente os direitos e as obrigações das partes.

Contudo nessas circunstâncias para que as actividades realizadas nesse sector minimizem os problemas de desemprego e os constrangimentos que este apresenta para o País é necessário que estas estejam organizadas.

As contribuições desses autores para diferenciar o sector informal do formal, mesmo tendo os autores, feito observações em âmbitos diferentes, essas contribuições tem um grande contributo para análise do comportamento das economias nas nações onde os dois sectores se manifestam, visto que ajudam as instâncias competentes no processo de avaliação da contribuição que cada um desses sectores tem para a economia.

É importante salientar que apesar da distinção que os autores acima citados fazem acerca das actividades informais e formais existem ainda questões que deveriam ser revistas.

Nota-se que quando se refere á actividades informais uma das diferenças que este apresenta em relação ao sector formal é o facto da movimentar pequenos volumes de capitais, não apresentam nenhum registo, não apresentam uma contabilidade convencional e com um número reduzido de trabalhadores, o que dizer das empresas que

cumprem com estes requisitos e não obedecem aos regulamentos sobre as relações laborais, segurança social, e não cumprem com as obrigações fiscais (avadindo-se).

Nestas circunstâncias esta empresa será informal quando está devidamente registada e não obedece aos regulamentos e as suas obrigações, ou será informal aquela que não tem registo e nem apresente a contabilidade organizada?

Esta questão merece especial atenção por parte das autoridades competentes, pois as regras devem ser cumpridas, e aqueles que não as cumprem devem ser punidos nos termos da lei, pois dessa forma poder-se-à garantir a concorrência leal no mercado.

Visto que para o desenvolvimento da Nação os operadores devem declarar os seus rendimentos e participar com as suas contribuições em termos de pagamento de impostos.

Para os operadores que desenvolvem as suas actividades sem cumprir com os requisitos que os possam atribuir o estatuto de operadores formais, devem ser estudados mecanismos do seu enquadramento, através de entre outros, criação de uma legislação específica.

4.3. Emergência do Sector Informal em Moçambique

A emergência do sector informal está associada às crises económicas que assolaram vários países em desenvolvimento, do qual Moçambique faz parte, pela falta de recursos, de tecnologia e competência que estiveram na origem do declínio tanto do sector agrícola como industrial desde anos de negociação e proclamação da independência, outro factor deve-se a migração campo-cidade.

Embora numa fase inicial a tendência das autoridades Governamentais tenha sido de marginalizá-lo, actualmente tem se efectuado estudos que visam a compreensão deste sector, e de se incrementar o desenvolvimento de micro-negócios através do incentivo ao desenvolvimento de pequenos projectos, financiamento das pequenas actividades através de instituições de micro-finanças, ONG's ou através do próprio Governo.

Contribuiu também para a emergência do sector informal o sistema de economia centralmente planificada e administrativa em 1977, dirigida no regime de partido único que se baseava no sistema socialista, que se traduziu, no comércio interno e na instauração de monopólio do Estado, passando este a garantir o abastecimento das populações, através das lojas do povo e mais tarde das cooperativas de consumo.

Para além do crescimento natural da população que leva ao crescimento da população activa num ritmo de 3% por ano, muita força de trabalho migra para os centros urbanos, com mais incidência para os grandes centros urbanos, nomeadamente nas Cidades de Maputo, Beira e Nampula, associado à escassez de postos de trabalho, estes recorrem ao sector informal para o seu auto-sustento.

Seriam as primeiras medidas de liberalização dos preços dos produtos hortícolas, vegetais e outros, em 1983, que determinaram a emergência do sector informal em Moçambique independente. Os produtores de cintura verde e periferia das cidades foram estimulados a colocar os seus produtos no mercado sem qualquer controlo administrativo dos preços.

No entanto, é em 1987, com a implementação e impacto do Programa de Reabilitação Económica (PRE), que se dá um ímpeto ao desenvolvimento das actividades informais na economia. (CHICHAHA, 1998: 13).

Pelo que no censo de 1980, 13% da população era urbana e 87% era rural, em 1990 a população urbana atingiu 27%. Enquanto que os resultados do primeiro inquérito nacional do sector informal referente ao ano de 2006, a população urbana era de aproximadamente a 33%, e a rural era de aproximadamente a 67%, considerando insignificante a expansão do emprego formal, a maior parte dessa força de trabalho ingressou no sector informal.

Em Moçambique outro fenómeno foi a guerra, a concentração de investimentos nas zonas urbanas, falta de infra-estruturas sociais nas zonas rurais.

Pois com a guerra as cantinas do colono viram-se obrigadas a fechar, e as populações tinham as suas necessidades básicas de sobrevivência que deviam ser satisfeitas, com isso surgem pequenos comerciantes que operavam (sem estar devidamente inscritos), para fazer face a procura da população.

A liberalização da economia, a desvalorização do metical e o aumento dos preços, que conduziu a duas tendências discerníveis:

- O alastramento do comércio informal a uma velocidade provavelmente não igualada em qualquer outro país africano. (Vletter, 1996:5);
- A “informalização” da economia formal. Direitos aduaneiros excessivamente elevados (tarifa essa que vai ser abolida com a integração económica regional de Moçambique na África Austral), impostos sobre vendas e lucros (imposto de circulação e contribuição industrial), aliados á burocracia labiríntica estão na origem da evasão fiscal e corrupção generalizada. (Vletter, 1996:5).

De entre os factores que se podem apontar como factores que concorrem para a proliferação deste sector em Moçambique, para além das já mencionadas, destacam-se⁹:

1. O aumento do custo de vida, constatando-se um aumento na progressão geométrica dos preços face ao aumento em progressão aritmética dos salários, aliado a isso está a crescente remoção dos subsídios;
2. Privatizações que levaram ao despedimento de muitos trabalhadores, gerando um aumento do número de desempregados que não encontram alternativa de sustento senão o ingresso nas actividades do sector informal;
3. Alargamento dos impostos, quanto mais altos os impostos, maior tendência em não declarar os rendimentos tributáveis, e por essa razão, maior tendência em ocultar as transacções que geram os tais rendimentos tributáveis;

⁹ Caderno de apontamentos da cadeira Economia de Moçambique, Lecionada pelo Doutor Chichava

4. Efeitos da guerra civil, que levou a destruição de muitos postos de trabalho e consequente migração da população para os centros urbanos;
5. Repatriamento de Moçambicanos da vizinha República Sul Africana, Ex-URSS e da Ex-RDA e a consequente incapacidade nacional do seu enquadramento em termos do emprego.

Para além das causas acima citadas que conduziram e continuam conduzindo ao aumento da informalidade na economia moçambicana, casos em que os operadores não se registam temendo uma série de consequências, que segundo NAVALHA (2001:20), essas podem ser nomeadamente:

- As auditorias do Ministério de Finanças que aplicam os impostos com base de lucro presumindo (impostos, muitas vezes, acima das suas reais receitas);
- A actividade dos inspectores de comércio e a aplicação das suas regras;
- A fiscalização do Ministério de Trabalho e da saúde;
- A falta de incentivos para quem opera (ou tencione começar a operar) no sector formal em certas áreas das zonas suburbanas e as rurais.

De entre as causas acima citadas, referir que muitos destes factores continuam ainda nos nossos dias a fomentar o crescimento e expansão desse sector no país, principalmente as que estão relacionadas com o âmbito legal das actividades.

Por exemplo, quando se trata de questões relacionadas com as actividades de fiscalização do Ministério de Trabalho e da Saúde, estas instituições bem como outras que visam o alcance dos objectivos traçados pelo Governo, tem suas exigências para que as actividades sejam realizadas de forma efectiva e não perigue a vida dos trabalhadores.

Um outro exemplo seria, a celebração dos contratos de trabalho de acordo com a lei, a formação e treinamento dos trabalhadores e sua especialização, a saúde e segurança no local de trabalho, são questões que geram conflitos na maioria das empresas moçambicanas.

Esses requisitos quando não são cumpridos pelas entidades empregadoras, elas são susceptíveis de aplicação de multas por parte dessas instituições, são essas e outras razões que contribuem para que alguns empregadores optem por não registar as suas actividades contribuindo assim que o sector informal esteja sempre em contínua expansão e crescimento no país.

4.4. Características do Sector Informal em Moçambique

Das entrevistas tidas com alguns operadores informais da Cidade de Maputo, constatou-se que o custo de vida, a falta de emprego no moderno sector formal são questões que os levam a praticar actividades informais.

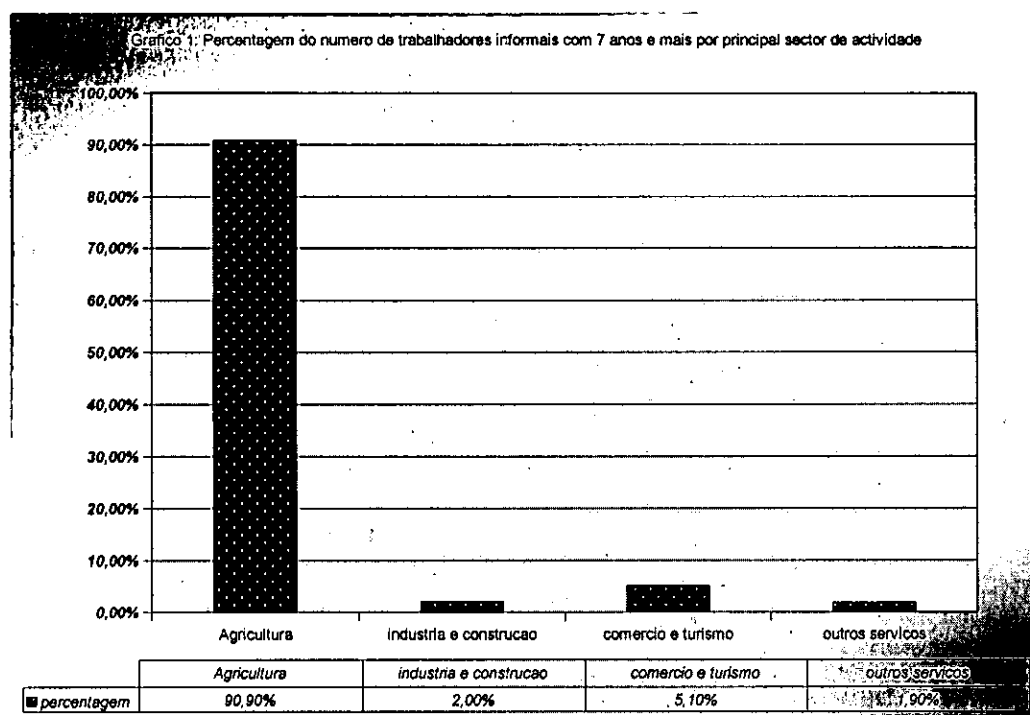
Afirmam também que a prática das actividades informais lhes garante uma renda por mais que não sejam estáveis, eles conseguem suprir com parte das suas necessidades quotidianas.

De acordo com os Resultados do Primeiro Inquérito Nacional, sobre o Sector Informal em Moçambique feito pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), este sector é composto maioritariamente por mulheres que buscam rendimento para o sustento das suas famílias, e que a idade mínima nesse sector é de 7 anos, incluindo homens e mulheres (vide tabela nº 9 no anexo).

O sector informal caracteriza-se por ser dinâmico, o que faz com que os seus operadores sejam também dinâmicos e economicamente agressivos na busca de rendimentos alternativos às suas famílias. Este se manifesta em quase todos os sectores da economia

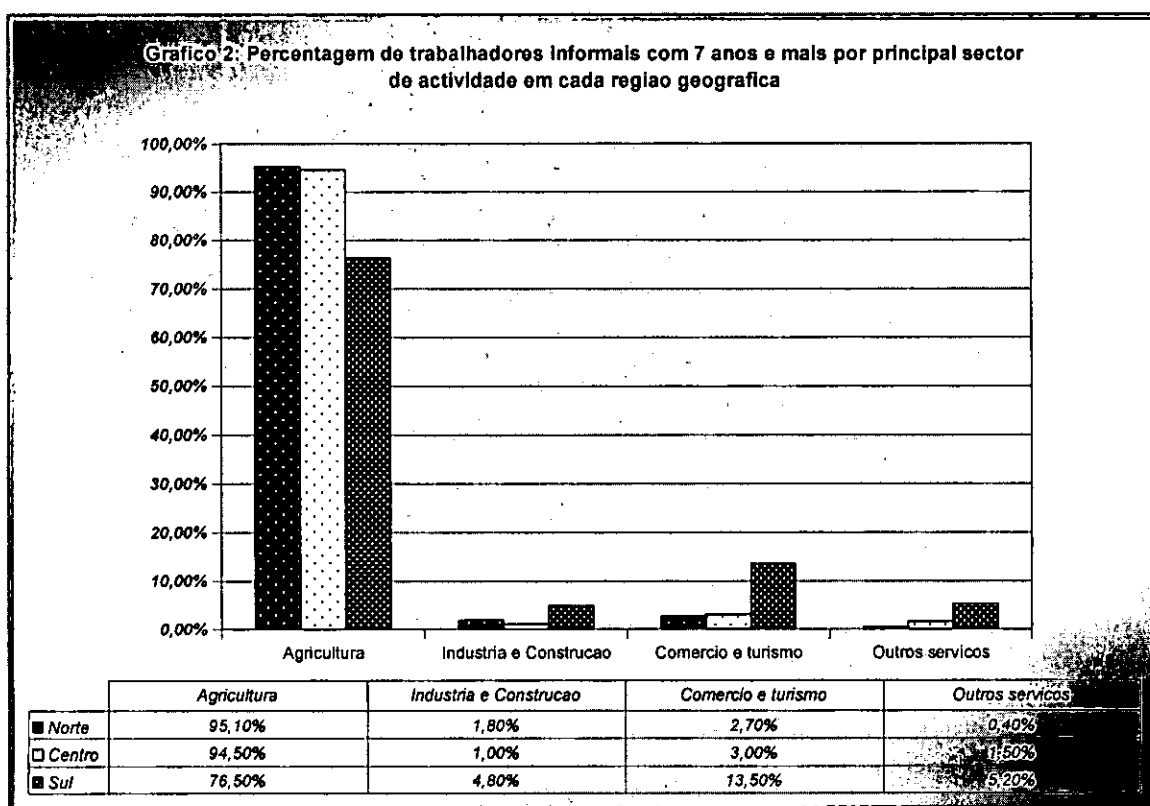
SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE: SEU CONTRIBUTO NA GERAÇÃO DE EMPREGO

(agricultura, transformação, comércio, construção, serviços e outros), conforme ilustram os gráficos a seguir:



Fonte: INE

O gráfico acima ilustra resultados relativos às percentagens de trabalhadores informais com sete anos e mais por principal sector de actividade (Agricultura, Indústria e Construção, Comércio e Turismo e outros Serviços), este mostra que o sector Agrícola emprega cerca de 90.9% trabalhadores, a Indústria e Construção emprega cerca de 2.0%, o Comércio e Turismo cerca de 5.1%, e os Outros Serviços cerca de 1.9% do universo da população que encontra emprego no sector informal.



Fonte: INE

O gráfico acima ilustra resultados relativos às percentagens de trabalhadores informais com sete anos e mais por principal sector de actividade (Agricultura, Indústria e Construção, Comércio e Turismo e outros Serviços) em cada região geográfica (Norte, Centro e Sul), este mostra que a maior parte da população que se encontra inserida no sector informal exerce a actividade agrícola, e se encontra localizada na região Norte do País.

Este sector tem se desenvolvido nas áreas rurais e urbanas, incluindo membros de grupos étnicos tradicionalmente dedicados aos negócios, pessoas que abandonam a escola, trabalhadores provenientes do sector público ou sectores privados e funcionários públicos que procuram completar o seu rendimento oficial. (Banco Mundial 1990:173).

Dada a sua importância e dinamismo, é importante citar algumas das características com ele relacionadas. (CHICHA, 1998:18):

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE: SEU CONTRIBUTO NA GERAÇÃO DE EMPREGO

- Existe em quase todo o País, mas com maior intensidade nos centros urbanos;
- É formado por pequenas unidades económicas e familiares;
- É de entrada fácil e integração, mas com muitos riscos de se extinguir;
- Não beneficia de crédito bancário oficial, mas dependem de poupanças pessoais, de amigos, familiares, normalmente através de colectas monetárias (Xitique, que é a principal fonte de financiamento do sector informal);
- É um mercado competitivo, mas irregular, e sem exclusividade no exercício de actividades;
- Emprega mão-de-obra jovem, e com predominância do sexo feminino, em certas actividades como a venda de produtos hortícolas, vegetais e outros produtos agrícolas, confecção de comida, comes e bebes, cabeleireiro, etc;
- Comercializa uma vasta gama de produtos e presta serviços diversos que não envolvem grande tecnologia ou equipamento: reparação de viaturas, canalização, electricidade, carpintaria, construção e reparação de imóveis, vendas ambulantes, transporte de passageiros e carga, engraxadores, polidores de carros, curandeirismo, guardas, prostituição, etc;
- A formação profissional é reduzida ou inexistente, privilegiando-se as práticas de aprendizagem no processo de trabalho;
- Não existe qualificação académica alguma, bastando às vezes, o grau de argumentação e malandrice perante as autoridades e os colegas;
- Normalmente, pratica preços mais competitivos que os do sector formal, às vezes, é o sistema flexível de venda á retalho (consoante a procura), que o torna preferido pelas famílias mais carentes;
- Ele substitui de certa forma o cantineiro da esquina dada a sua mobilidade e flexibilidade;

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE: SEU CONTRIBUTO NA GERAÇÃO DE EMPREGO

- Não tem horários fixos, nem dias fixos de trabalho, o que o torna sempre útil á qualquer momento;
- Utilizam tecnologia rudimentar, artesanal e adaptada ás necessidades do seu tipo de mercado;
- Sendo a sua produtividade baixa, os salários são, em geral, exíguos e pagos irregularmente;
- Usa insumos conseguidos nas unidades do sector formal e ás vezes, abastece também o sector formal;
- Não observa os procedimentos legais e certas vezes podem perigar a saúde pública e o meio ambiente, para além de ser um foco potencial de prática de crimes diversos e de abuso de menores;
- Não contribui para as receitas do OGE, embora ás vezes seja sujeito á pagamentos de taxas e multas diversas.

Dadas as características acima referidas sobre o sector informal, constata-se que o facto deste mobilizar crianças, jovens, adultos e velhos, as actividades por eles desempenhadas tornam-se dinâmicas e com implicações sociais, políticas e econômicas notórias, que podem se manifestar de forma positiva, e negativa na economia do país.

A contribuição dada pelo autor CHICHAVA (1998), no que concerne a caracterização das actividades informais em Moçambique na sua obra que Sector Informal e as Economias Locais, torna-se num instrumento relevante para as autoridades que tratam de questões relacionadas com as actividades praticadas pelos agentes informais, poderem tomar decisões de acordo com as especificidades que este tem.

4.5. Constrangimentos do Sector Informal em Moçambique

A contínua proliferação do sector informal no país traz consigo problemas que preocupam o Governo, a sociedade em geral, e o funcionamento da economia como um todo.

Apesar deste cenário o Governo, já nota uma preocupação sobre as actividades do sector informal, porque para além da falta de registo administrativo, o que não permite a arrecadação de receitas pelo Estado, é preocupação do Governo o facto dos agentes informais operarem em locais não apropriados em termos de infra-estruturas como é o caso do desenvolvimento de actividades informais em locais sem sanitários ou ausência de uma organização adequada para o desenvolvimento de actividades do género.¹⁰

É frequente observamos nas avenidas dos centros urbanos, vendedores ambulantes, outros em localização fixa ou periódica que exercem a sua actividade em locais deploráveis, sem infraestruturas de apoio, (como é o caso de balneários públicos), ou ainda contribuindo para a degradação das infraestruturas existentes, e poluição do meio ambiente.

Da entrevista feita a alguns funcionários do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, constatou-se que existe uma ligação entre esta Instituição e o Sector Informal, e a relação entre eles é de paralelismo uma vez que o sector formal tanto o sector informal são regulamentados pelas normas existentes e vigentes no CMCM.

Na opinião destes, o sector informal tem se mostrado constrangedor para aquilo que são os objectivos traçados pelo CMCM, uma vez que este tem atingido proporções jamais

¹⁰ MUENDANE, A. 2000, *Sector Informal em Moçambique: Estimativas Básicas e Metodologia de Medição nas Contas Nacionais*. Tese da Licenciatura em Economia. Faculdade de Economia. Maputo.pp.18.

vistas e sem regras urbanísticas por parte dos seus mentores, contribuindo para o aumento de problemas sociais, como degradação das condições de higiene mínimas.

Segundo estes as expectativas em relação a este sector são várias, dentre elas a necessidade de encarar a realidade, visto que este é um problema social e carece de grande apreciação pelos seus tutelares, o CMCM como regulador deste sector não está alheio a nada e está a criar mecanismos de condições de trabalho nesses locais.

A grande diversidade de actividades abrangidas pelo sector informal associado a falta de confiança que os praticantes do mesmo depositam para as instituições de crédito e a falta de comparticipação por parte dos empresários de área informal é um dos constrangimentos que afectam essa actividade.

Na nossa realidade económica ainda não há informação sobre qualquer instrumento de intervenção específica, em termos de política económica por parte do Estado Moçambicano que regulem as práticas do sector informal, no sentido de o harmonizar, enquadrar e promover o crescimento sustentado dado que ele possui potencialidades para o crescimento económico do País.

Por exemplo, criação de incentivos para as pessoas dedicarem-se mais às actividades produtivas em relação às actividades meramente comerciais, visto que estas actividades (produtivas) tendem a empregar maior número de trabalhadores relativamente às actividades de cariz comercial.

Outro problema que afecta a actividade informal é a marginalização ou tentativa de eliminá-lo por parte das autoridades Governamentais, por essa ser julgada como sendo uma actividade que contribui para a degradação das infraestruturas, como é o caso das principais avenidas da cidade de Maputo, também por dificultar o saneamento e limpeza das mesmas.

Também existe a situação de falta de vínculo formal de trabalho, que se manifeste na celebração de contratos de trabalho entre os trabalhadores e os empregadores no sector

informal, na medida em que estarão previstos nos termos de contrato os Direitos e Obrigações das partes contratantes.

A necessidade de existência de contratos que vinculem as partes é pertinente para que não haja situações de exploração por parte dos empregadores, e falta do cumprimento das obrigações da parte dos trabalhadores.

Um outro constrangimento que o sector informal apresenta para a economia é o facto das actividades nele exercidas provocarem problemas de consistência na informação estatística e na avaliação económica, criando distorções no cálculo das variáveis macro-económicas como PIB, Rendimento Disponível, Inflação, Taxa de Desemprego, entre outras.

4.6. Situação Ocupacional da População Activa Moçambicana

Na maioria dos países menos desenvolvidos a População Economicamente Activa (PEA)¹¹, está experimentando uma rápida expansão como resultado do rápido crescimento da população, esta expansão muitas vezes supera a capacidade de absorção laboral do sistema económico.

Este desequilíbrio tem sido particularmente sério nas áreas urbanas, onde o crescimento natural da população tem sido acelerado, pelas imigrações de origem rural. Este problema tem como consequências o desemprego e, em geral está na origem de situações de emergência e crescimento do chamado sector informal.¹²

Notar também outro factor importante sobre a distribuição da PEA, por posição no processo de trabalho, é o facto de mais de metade do total dessa população trabalhar por conta própria.

¹¹ Segundo o INE, População Economicamente Activa (PEA), é o conjunto de pessoas em idade de trabalhar que constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços independentemente do sexo. Por outras palavras a PEA, compreende as pessoas que procuram activamente um trabalho (desocupadas), incluindo aquelas que o procuram pela primeira vez.

¹² INE, *Panorama Sócio-Demográfico*, II Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997, pp 80

Também outra grande percentagem que é ocupada por trabalhadores (64.3% e 22.2%, respectivamente), esses dados mostram que é muito provável que uma grande parte delas esteja integrada no sector informal da economia, (vide tabela nº7 no anexo).

De acordo com os dados preliminares de um estudo do Instituto Nacional de Estatística (INE), indicam que mais de 16% da população activa moçambicana (população com mais de 15 anos de idade) está desempregada e a maioria reside no sul do país.

Num inquérito produzido pelo INE de Moçambique indica que 24% da população moçambicana com mais de 15 anos de idade, residente na zona sul do país, não tem emprego, contra 14% da região norte.

A zona centro de Moçambique apresenta um nível de desemprego de 13,3%, taxa que inclui maioritariamente mulheres com mais de 15 anos, que é a idade mínima para o emprego formal no país, de acordo com a Lei n.º 23/2007 de 1 de Agosto, no seu artigo 23 que versa sobre Trabalho de menores.

O grupo populacional feminino urbano representa 34 por cento dos desempregados do país, contra pouco mais de 22 por cento dos homens, situando-se ainda acima dos homens sem emprego nas zonas rurais, com uma taxa de 12,8 por cento.

Por outro lado, 14,7 por cento dos desempregados frequentou o nível primário do primeiro grau, o correspondente ao 5º ano de escolaridade, e 11,4 por cento destes não possuem nenhum grau de formação académica, destaca o mesmo estudo.

Apenas 0,8 por cento da população empregada na área agrícola trabalham para o sector público, enquanto 16,9 por cento dos trabalhadores agrícolas estão empregados no sector privado.

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE: SEU CONTRIBUTO NA GERAÇÃO DE EMPREGO

Cerca de 88 por cento da população moçambicana que trabalha na agricultura desenvolve esta actividade por conta própria, 44 por cento dos quais sem auxílio de empregados.

O sector privado emprega mais de 21 por cento da população com mais de 15 anos no ramo da indústria transformadora, enquanto o estatal acolhe, nesta área, somente 1,9 por cento.

Uma das diferenças que o sector formal e informal possui é a idade da população economicamente activa, de referir que no sector informal a população economicamente activa parte dos sete anos e mais, vide a tabela nº 8 em anexo.

Os dados referentes à taxa de desemprego populacional entre os anos 2004/05 indicam ainda que 30,8 por cento dos desempregados no país possuem o nível secundário de escolaridade, enquanto 25,6 por cento concluiu o nível primário do segundo grau, o equivalente ao 7º ano.

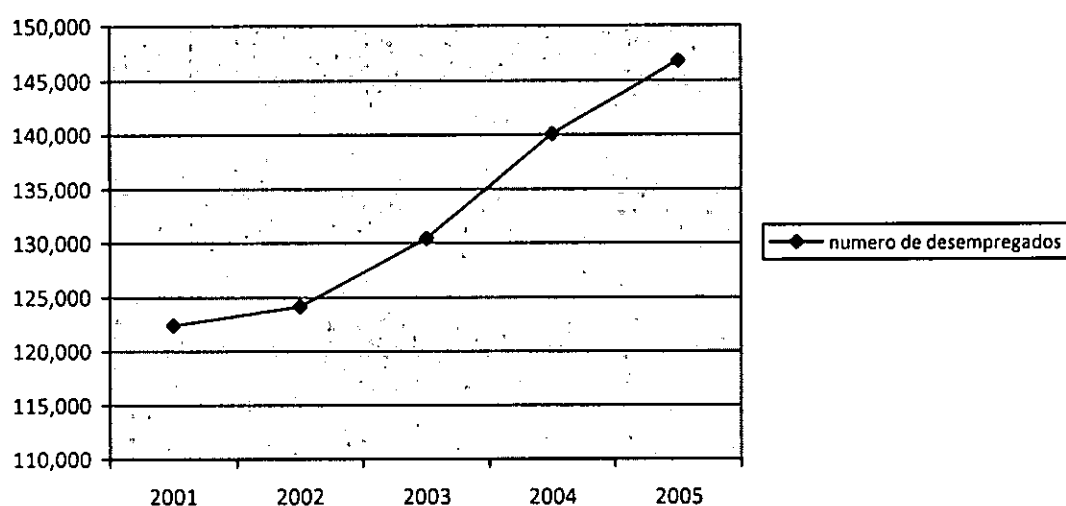
Os dados referentes às taxas de desemprego registados no final do período por província, 2001-2005, mostram que o nível do desemprego registou crescimento em todas as províncias excepto a Província de Maputo se comparar os dados referentes aos anos de 2004 e 2005, conforme mostra a tabela nº 3 e o gráfico nº 3 abaixo.

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE: SEU CONTRIBUTO NA GERAÇÃO DE EMPREGO

Tabela nº 4: Desemprego registado no final do período por província, 2001-2005

Província	2001	2002	2003	2004	2005	%var.
Total	122.398	124.121	130.404	140.040	146.787	4,8
Niassa	4.910	4.448	4.673	4.816	4.880	1,3
Cabo Delgado	9.156	9.549	9.952	10.489	10.970	4,6
Nampula	25.177	30.023	30.703	35.402	39.171	10,6
Zambézia	13.544	8.510	9.270	9.287	9.388	1,1
Tete	6.883	7.113	7.519	7.770	7.781	0,1
Manica	8.402	9.594	10.064	10.517	11.136	5,9
Sofala	24.488	23.744	24.271	24.065	24.466	1,7
Inhambane	10.308	7.286	6.511	7.749	8.543	10,2
Gaza	612	2.369	2.557	2.960	3.228	9,1
Mpt provn.	12.116	14.280	16.865	18.216	18.087	-0,7
Mpt Cidad	6.802	7.205	8.020	8.769	9.137	4,2

Gráfico nº 3: Desemprego registado no final do período por província, 2001-2005



Fonte: Boletim de Estatísticas de trabalho - 2005

4.7. Contribuição do Sector Informal para as Contas Nacionais

O primeiro inquérito estatístico Nacional realizado pelo INE em 2005, em Moçambique visava a recolha de dados relativos ao sector informal, este tinha como enfoque estimar o contributo da Economia informal para as Contas Nacionais.

Este inquérito é importante para que as contas nacionais sejam de elevada qualidade e reflitam o contributo de cada actividade económica para o produto do País, isto é, se as Contas Nacionais reflectir a realidade económica do País vai permitir que as políticas económicas sejam definidas de acordo com a realidade do País.

É de conhecimento geral que as transacções económicas que são desenvolvidas pelo sector informal são subestimadas nas contas nacionais porque as actividades desenvolvidas não são reconhecidas, visto que estas não preenchem os requisitos necessários para tal.

De acordo com as entrevistas feitas a alguns funcionários, o CMCM, vê o actual estágio do sector informal como um braço capaz de minimizar o sofrimento da população Moçambicana a aliviar o sofrimento do exército de desempregados, na luta contra a pobreza absoluta.

Contudo, existem sinais da existência do sector informal antes da implementação do programa de ajustamento estrutural, a partir da sua contribuição no PIB com 32% em 1985 e 30.5% em 1986.

Os objectivos do desenvolvimento, no que concerne ao aumento da produção, criação de emprego e combate á pobreza, estão directa ou indirectamente ligados ao sector informal.

Este facto justifica os esforços e a preocupação das autoridades, na busca de informação relevante junto dos operadores do sector, informação essa que possa contribuir para conhecer a realidade, e consequentemente, permitir o aquilatar do impacto dessa realidade, na economia nacional.

Segundo dados fornecidos pelo INE, relativamente ao número de pessoas que praticam a actividade informal, constata-se que este sector emprega doze milhões de pessoas.

O sector informal no país emprega mais de 87 por cento dos cerca de 14.401.500 indivíduos com idade superior a sete anos. Este sector, segundo dados preliminares do Inquérito ao Sector Informal, movimenta um volume de negócios na ordem de dois mil milhões de meticais por ano, de referir que estes valores não se encontram contabilizados nas Contas Nacionais.

Pelos dados acima referidos é notável a relevância que este sector tem para a geração de emprego para a população moçambicana, contribuindo de sobremaneira para alcance do objectivos do governo moçambicano, no que concerne ao aumento da produção, a criação de emprego e ao combate à pobreza.

Segundo Ardeni (1997:7), citado por Checo (1999:26), baseando-se na unidade familiar para medir o peso do sector informal pode-se concluir que o PIB oficial Moçambicano estaria subestimado em 70% e que o sector informal subestimado em cerca de 30%.

4.8. Situação da Mulher no Sector Informal

A proporção de mulheres empregadas no sector informal cresceu significativamente nas últimas décadas, particularmente no seio de trabalhadores não assalariados. Tudo isto demonstra a existência de uma influência de género uma vez que muitas mulheres têm empregos pobres e que há poucas mulheres assalariadas no sector informal.

As mulheres estão também sobre-representadas em categorias e actividades específicas no seio do sector informal, (vide a tabela nº6 no anexo) o que sugere que elas estão geralmente muito representadas em actividades com baixo rendimento (Ardeni 2001).

Menos de um quarto (22,7%) de mulheres trabalhadoras auferem um salário. A maioria (51,8%) tornaram-se trabalhadoras por conta própria - muitas delas envolvidas ou na agricultura ou no comércio informal (muitos estão envolvidos nos dois sectores).

A categoria 'trabalhadores urbanos não remunerados' inclui um crescente número de pessoas que trabalham no sector informal ou num tipo de actividade doméstica a troco de alimentação, alojamento ou pequenos subsídios, uma réplica urbana de práticas rurais.¹³

Ardeni (2001) afirma que, tal como na maioria dos países em desenvolvimento, o índice de participação das mulheres na força de trabalho tem estado a crescer nas últimas décadas. Uma participação crescente de emprego feminino é notória no sector não agrícola, especialmente nas áreas urbanas, onde as mulheres têm mostrado alguma transição de empregos não assalariados para trabalho assalariado. Em Moçambique esta situação só se verificou até ao começo da década de 1990, estando agora a decrescer.¹⁴

Parece que a maioria das mulheres hoje está nos empregos não assalariados do sector informal da economia (esta situação é extensiva a homens), ou por conta própria ou como trabalhadores não remunerados.

Pelas especificidades do sector informal, uma das suas características é a existência de dois tipos de trabalhadores: os **assalariados** e **não assalariados**, que geralmente são familiares não pagos regularmente, mas a quem lhes são concedidos certas condições como alojamento, alimentação e alguns subsídios, grande parte dos trabalhadores não assalariados são as mulheres.

O acesso limitado à educação, saúde, capital, falta de acesso à posse e controle sobre a terra e poder desigual de tomada de decisões, coloca a mulher numa posição de séria desvantagem, política, económica e socialmente. Esta situação força a mulher a engajar-se em múltiplas estratégias para gerar rendimento, de modo a sobreviver.

Por exemplo, na cidade de Maputo, as pequenas actividades não licenciadas sempre constituíram uma fonte de receitas para reforçar o orçamento das famílias de baixos rendimentos. MAUSSE (1994:26).

¹³ www.ine.gov.mz/noticias/informal, dia 16 de Fevereiro de 2008 às 14 horas.

¹⁴ www.ine.gov.mz/noticias/informal, dia 19 de Fevereiro de 2008 às 18 horas

A tabela nº6 no anexo, mostra claramente que é na zona rural onde predomina a maioria da população que sobrevive com recurso ao sector informal, situação esta que deriva de situações como: acesso ao ensino, acesso ao crédito para financiamento das suas actividades, nível de instrução da população.

Essa situação também se deve a herança do regime colonial que era limitadamente orientado para as cidades e para a população das zonas urbanas, pois ao Estado colonial interessava beneficiar os grupos mais privilegiadas, que era a elite, em detrimento da população rural, essa situação pode vir a ser minimizada com a estratégia do Governo Moçambicano que define o Distrito como pólo de Desenvolvimento.

Vários estudos em Moçambique indicam que a mais importante actividade produtiva das mulheres, para geração de rendimento, é a produção e venda de produtos agrícolas, criação de animais, produção e venda de produtos alimentares, carvão, lenha, capim, tapetes de palha e outros.

As mulheres também predominam em pequenos negócios, operando entre províncias e além fronteiras. Elas produzem artesanato, por exemplo, vendem-no em outras províncias ou países e trazem de volta produtos básicos, para fazer face aos desafios do alto custo de vida e desemprego.

Apesar do rendimento ser baixo para a maioria das vendedoras, mais de dois terços (71,2%) conseguem fazer poupanças, mas apenas 11,5% possuem contas bancárias. Quase um quarto (23%) está envolvido em grupos de xitique, enquanto mais de um terço (34,6%) deposita o seu dinheiro em bancos móveis (xitique geral).

Os bancos móveis são cruciais para as vendedoras que precisam quantidades regulares de dinheiro para financiarem a reposição dos stocks das suas mercadorias (Ardeni 2001).¹⁵

No entanto, as mulheres, neste sector em Moçambique, são as que mais estão em desvantagem, pois têm de vender produtos diariamente e ainda realizar tarefas domésticas. Apesar de as mulheres serem activas no sector informal, ainda têm falta de apoio de instituições financeiras.

¹⁵ www.ine.gov.mz/noticias/informal, dia 16 de Fevereiro de 2008 às 14 horas

4.9. Impacto do Sector Informal no Sector Agrícola

O sector informal em Moçambique actualmente, cobre vários tipos de actividades que passam praticamente todos os sectores, da agricultura, da indústria e construção, do comércio e turismo, e outros serviços.

Segundo o PARPA II, o sector agrícola continua a ser de grande importância, empregando aproximadamente 80% da população Moçambicana e sendo a principal fonte de rendimento dos mais pobres.

O maior sector da economia moçambicana é ainda a agricultura, representando 33% do PIB e 40% das exportações e empregando 80% da mão-de-obra, principalmente, no sector familiar.¹⁶

Dado o peso da agricultura no conjunto da economia Moçambicana, nos próximos anos este sector continuará a jogar um papel fulcral no desenvolvimento das capacidades produtivas do país e na redução da pobreza absoluta.

O sector da agricultura (informal) é que absorve a maioria dos indivíduos identificados como estando no sector informal, com um total de 90.9 por cento de indivíduos, os restantes 9.1 por cento são preenchidos pelos outros sectores nomeadamente: Indústria e Construção, Comércio e Turismo, e Outros Serviços, conforme ilustra a tabela nº 10 no anexo.

É importante referir que esses valores fornecidos pelo INE sobre o sector agrícola informal engloba também produção familiar, estes que produzem na sua maioria para o auto sustento. Essa deficiência deriva do próprio conceito de sector informal, visto que se consideram informais todas as actividades que não estão inscritas e que não se encontram licenciadas.

¹⁶ COUGHLIN, Peter. (2005), *Relações Laborais em Moçambique, Lei, Prática e Implicações Económicas incluindo Comparações Internacionais*. EconPolicy Research Group. Maputo.pp.64.

Pois a realidade hoje mostra que são esses outros sectores nomeadamente a Indústria e Construção, Comércio e Turismo, e Outros Serviços que absorvem a maioria dos operadores informais em Moçambique.

A tabela nº 11 no anexo mostra que o número de trabalhadores que operam no sector agrícola como actividade secundária informal, são mais elevados na zona centro do país com cerca 60.000 pessoas, contra um total de 124.300 pessoas distribuídas em todas as regiões do país. No caso do sector formal constata-se que o número de pessoas engajadas na prática da actividade agrícola no sector formal é de cerca de 115.800 pessoas.

Também é notório o número de trabalhadores que operam no sector agrícola como actividade secundária informal, na sua maioria se encontra nas zonas rurais com cerca de 73.700 pessoas, contra as 50.500 que se encontra nas zonas urbanas do país, esta estruturação resulta de factores históricos, políticos, económicos e sociais.

A tabela 12 no anexo ilustra o número de trabalhadores informais com actividade secundária informal por sector de actividade principal e sector de actividade secundária, esta mostra que cerca de 124.300 pessoas que praticam a agricultura, dedicam-se nela como sendo uma actividade secundária, contra as 231.200 que não praticam a agricultura, ocupando-se em outras tarefas como suas actividades secundárias.

A tabela 13 no anexo mostra o número de trabalhadores com actividade secundária informal por sector de actividade principal e sector de actividade secundária, desta tabela pode-se notar que 230.900 trabalhadores do sector informal agrícola dedicam-se também a actividade agrícola, indústria e construção, comércio e turismo e outros serviços com actividade secundária informal.

4.10. Sector Informal Diante da Integração Regional da SADC

O fenómeno da integração regional da África Austral é já um facto irreversível, contudo, a situação do sector informal diante desse fenómeno torna-se preocupante, pois ainda não

se tem registo sobre a sensibilização das populações que se encontram envolvidas nessas actividades.

Das entrevistas tidas com alguns operadores informais da Cidade de Maputo, constatou-se que estes não tem conhecimento de quais as vantagens que este fenómeno vai proporcionar às suas actividades.

Provavelmente o maior desafio que se coloca aos países em desenvolvimento na África Austral, e em Moçambique em particular, é a procura de soluções que permitam a sua ascensão a patamares cada vez mais elevados, em matéria de desenvolvimento económico e consequente bem-estar das suas populações.

Esses desafios vão ao encontro dos principais objectivos de desenvolvimento (aumento da produção, criação de emprego e combate à pobreza absoluta), que podem ser alcançados recorrendo também aos benefícios que este pode ter no âmbito da integração regional da África Austral.

O que pode ser alcançado através da sensibilização dos operadores informais, mostrando a estes os benefícios que a integração regional da África Austral vai proporcionar, tanto aos operadores formais bem como aos operadores informais.

São razões históricas, políticas, económicas e sociais que explicam a estruturação das economias dos da África e em particular os da África Austral grupo do qual Moçambique faz parte, em que sectores informais de grande extensão e com acentuado peso socio-económico coexistem e se interrelacionam com a ordem normativo-legal, com as instituições e com os diversos agentes que configuram o sector formal da economia.

São incontestáveis os benefícios que o sector informal traz para as economias onde ele se manifesta, importa citar neste trabalho alguns dos benefícios que ele traz, nomeadamente¹⁷:

- Intensifica a concorrência para o moderno sector formal, contribuindo assim para a descida dos preços;
- Os seus mecanismos de fixação flexível dos preços permitem a oferta de bens e serviços adequados a rendimentos e poder de compra de vastas camadas da população;
- É flexível e oferece os serviços e produtos em locais e em horas que a rede comercial formal não atinge por os operadores informais estarem próximos dos clientes;
- Cria fontes primárias e secundárias de rendimento para populações desprovidas de qualificações académicas/profissionais;
- Há possibilidades de criação de capacidades profissionais e de formas alternativas de organização/funcionamento empresarial;
- O recurso à tecnologias adaptadas e não importadas permite a poupança de divisas;
- Permite a geração de ganhos de competitividade por via das sinergias, em termos de custos, potenciadas pela complementaridade entre o sector informal e o sector formal;
- Participa na criação de emprego (e particularmente de auto-emprego);

¹⁷ LOPES, C.(1999), *O sector informal e desenvolvimento: estudo de caso em Luanda*, in: http://multiculturas.com/angolanos/carlos_lopes_sector_informal.htm, extraído da Internet no dia 08/11/2007

SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE: SEU CONTRIBUTO NA GERAÇÃO DE EMPREGO

- Contribui para a obtenção de receitas locais/municipais que financiem o desenvolvimento local/municipal;
- Contribui para o aumento da produção nacional (apesar de não aparecer reflectido nas contas nacionais);

No âmbito da Integração Regional da África Austral o CMCM, está a criar estratégias para disciplinar este sector da economia e existem intercâmbios com os países da zona. O CMCM, está a seguir modelos exemplares de crescimento nos países que tiveram resultados positivos nestas matérias.

V. Conclusão e Recomendações

5.1. Conclusão

O sector informal na produção e no comércio tem desempenhado um papel importante no actual estágio de desenvolvimento da sociedade moçambicana.

O sector informal em Moçambique mostra hoje que acaba estando directa ou indirectamente associado aos principais objectivos do desenvolvimento (aumento da produção, criação de emprego e combate á pobreza).

Tendo como origem a actividade económica não licenciada, ele constitui a base de subsistência de milhares de cidadãos sem emprego no sector formal ou, estando empregados, os níveis salariais não permitem obter condições de subsistência condignas.

A pesquisa feita permite concluir que o sector informal contribui positivamente na geração de emprego, tendo com isso impacto positivo no crescimento económico, dado que este emprega maior parte da população relativamente ao sector formal segundo os dados estatísticos fornecidos pelo INE.

O sector informal tem contribuído positivamente para o crescimento económico, pois este contribui para o alívio da pobreza absoluta, visto que este cria oportunidades de emprego, rendimentos, amplia as possibilidades de escolha dos consumidores e fomenta a concorrência no mercado.

Contudo esse sector merece uma especial atenção por parte das autoridades nacionais, no que concerne a sua aceitação como útil e de extrema importância para a maior parte da população Moçambicana que é pobre, e que vê no sector informal condições para a sua subsistência.

O sector informal contribui significativamente no fomento do uso da mão-de-obra não especializada, contrariamente ao moderno sector formal que absorve a mão-de-obra

especializada, o sector informal tem importância no fomento do uso dos recursos locais e na recuperação e reciclagem do desperdício do sector formal.

Das entrevistas efectuadas ao CMCM, constatou-se que existe preocupação por parte das autoridades Governamentais em enquadrá-lo, criando mecanismos para o seu funcionamento sem pôr em causa a saúde e o bem estar da população.

Constata-se também que a maior parte dos operadores informais em Moçambique é população jovem sem especialização ou formação, e na sua maioria mulheres, que procuram alternativas de solução dos seus problemas quotidianos que estas encontram nas suas famílias.

Nos países em desenvolvimento, com manifestas dificuldades do Estado e do sector dito formal, o sector informal supre essas faltas, quer nas áreas de produção (agricultura, artesanato e formas industriais simples), da distribuição (comércio e serviços), da construção (habitação), dos serviços sociais (educação e saúde), e, sobretudo do emprego gerador de oportunidades salariais de uma grande parte da população.

A pesquisa efectuada permite também concluir que com uma boa organização e enquadramento das actividades informais, recorrendo-se a mecanismos de descentralização.

Esta deve partir das comunidades locais orientadas pelas autoridades locais transformando assim o sector informal num enorme potencial económico capaz de:

- Contribuir para a criação de emprego e consequente geração de rendimento;
- Contribuição para o aumento das receitas a nível local contribuindo dessa forma para o desenvolvimento da economia local;
- Fomento da oferta de bens e serviços;
- Treinamento de empresários de futuras empresas do sector formal da economia;
- Criação de habilidades industriais e alternativas de organização e funcionamento empresariais.

5.2. Recomendações

Embora se considere o sector informal como um sector residual, ele se afigura de larga importância para maioria da população activa que julga ter encontrado refúgio, bastando ver a heterogeneidade e o grande número das actividades, o que complica os programas de apoio a nível empresarial e a elaboração de políticas para este sector. Sendo assim recomenda-se a criação de políticas a médio prazo com finalidade de incentivar e facilitar a vida dos pequenos e micro empresários.

Perante a perenidade e a vitalidade do sector informal, as capacidades inventivas e produtivas dos seus agentes, a constatação do sector informal não deve constituir um entrave para a expansão da economia, pelo contrário, ele demonstrou de acordo com os dados fornecidos pelo INE, ser útil e de extrema importância para a maior parte da população Moçambicana.

Com isso, ganham relevo a necessidade de elaboração de métodos de análise rigorosa da realidade e de procura de soluções de integração.

Relativamente às estratégias de desenvolvimento, o seu papel deverá ser encarado com sentido da realidade, em função da sua dimensão e do seu peso socio-económico efectivo, no quadro de estratégias mais amplas, direccionadas em termos da economia global, para a criação de capacidade competitiva, para a produção de um ambiente institucional facilitador da actividade e crescimento económico, para a remoção de obstáculos/constrangimentos à realização das actividades informais.

Recomenda-se a criação de um programa nacional não desfragmentado, nascido de baixo para cima pelas sugestões das comunidades locais baseando-se em casos de sucessos, tornando assim a descentralização uma realidade com resultados realísticos, mensuráveis e que estes se mantenham sustentáveis no longo prazo.

É importante que as políticas públicas traçadas visem a captação dos benefícios deste sector sendo para tal necessário que o sistema de tributação seja simplificado, que possam

traduzir um maior ingresso no sector formal, o que pode ser efectuado através de política fiscal menos gravosa, e que seja de acordo com as especificidades do tipo de actividade.

A burocracia constitui hoje uma das razões para o desencorajamento dos que desenvolvem actividades no sector informal a formalizarem as suas actividades.

É importante que se estude formas de reduzir a burocracia no licenciamento de actividades económicas de pequena escala (indústria, comércio e serviços) e abrir o caminho para a formalização das actividades hoje consideradas informais ou ilegais.

Sendo que uma das formas de desburocratizar o licenciamento dessas actividades seria a redução do excesso de formalismo e papelada que são exigidos aos cidadãos que querem formalizar as suas actividades. Esses mecanismos podem ser operacionalizados simplificando os procedimentos que normalmente são exigidos.

Aceitação do sector informal como útil e dinâmico, sua legislação, enquadramento e controlo, permitindo dessa forma que este não seja de forma alguma marginalizado, reprimido ou mesmo de formas diversas eliminado em qualquer análise da economia de Moçambique.

Fomento da criação de novos postos de emprego e outras alternativas de rendimento, através da criação de incentivos como aplicação de baixas taxas de impostos para os pequenos os praticantes de actividades de produção como a indústria, o comércio e os serviços, principalmente na indústria visto que este normalmente alberga maior número de trabalhadores.

VI. Referências Bibliográficas

1. ABREU, S. E Abreu A. 1996. *O sector informal em Moçambique*. Staff Paper (5). Banco de Moçambique. Maputo.
2. ARDENI, P.G. (1997). "A Avaliação da Economia Informal e as Contas Nacionais em Moçambique" para a ISTAT- Cooperação Italiana - INE- Maputo.
3. BANCO MUNDIAL. 1990. *África Subsaariana: Da crise ao Desenvolvimento Sustentável*. Banco Mundial: Washington. D.C.
4. CASTEL-BRANCO, C.N. (1994). *Moçambique: Perspectivas Económicas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
5. COLMAN, D e Nixon, F. (1981), *Desenvolvimento Económico: Uma Perspectiva Moderna*, Uniers, São Paulo.
6. COUGHLIN, Peter. (2005), *Relações Laborais em Moçambique, Lei, Prática e Implicações Económicas incluindo Comparações Internacionais*. EconPolicy Research Group. Maputo.
7. CHECO, Admiro Bento, (Agosto de 2003). *O Papel do Sector Informal no Desenvolvimento, Caso de Moçambique*. Trabalho de Licenciatura em Economia, Faculdade de Economia, UEM, Maputo.
8. CHICHAVA, J. (1998), *O Sector Informal e as Economias Locais*, Ministério de Administração Estatal, Maputo.
9. DE VLETTER, F.1996. *Study of the Informal Sector in Mozambique (Maputo and Beira)*. Poverty Alleviation Unit, Ministry of Planning and Finance, Maputo.
10. Governo da Republica de Moçambique. 2006. "Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006-2009 (PARPA II)", Aprovado em 2 de Maio de 2006.
11. ILO/OIT (International Labour Office). 1993. 15th International Conference of Labour Statisticians. ILO. Geneve.
12. INE, *O Sector Informal em Moçambique*, Resultados do Primeiro Inquérito Nacional (2005), Maputo, 28 Agosto 2006.

13. INE, *Panorama Sócio-Demográfico*, II Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997.
14. LOPES, C. (1999), *O sector informal e desenvolvimento: estudo de caso em Luanda, (comunicação apresentada ao II Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico – África no Século XXI, Madrid, Espanha, 15-17 de Setembro de 1999)*, http://www.multiculturas.com/angolanos/carlos_lopes_sector_informal.htm extraído da Internet no dia 08/11/2007.
15. LOPES, C. (2004), *Elementos para a compreensão do sector informal urbano nos países em desenvolvimento*, in: fricadebate.iscte.pt/mercadoinformal.htm, extraído da Internet no dia 08/11/2007.
16. MAUSSE, A.1994. *O Sector Informal: O Caso de Latoeiros na Cidade de Maputo*, Tese de Licenciatura em Economia. Faculdade de Economia. Maputo.
17. MEIR, G.M. (1989), *Leading Issues in Economic Development*. 5thEd.
18. Moçambique, Lei de Trabalho 20/2007, Boletim da República.
19. MUENDANE, A. 2000, *Sector Informal em Moçambique: Estimativas Básicas e Metodologia de Medição nas Contas Nacionais*. Tese da Licenciatura em Economia. Faculdade de Economia. Maputo.
20. NAVALHA, Felisberto, *Captação de Poupanças no Sector Financeiro Informal Urbano*. Documento de Estudo N°10, Maputo, 10 de Agosto de 2001.
21. SEVERINO, António Joaquim, *Metodologia de Trabalho Científico*. 22ª Edição, Revista de acordo com a ABNT- São Paulo, cortez editora, 2002.
22. www.ine.gov.mz/noticias/informal, dia 18 de setembro de 2007 às 12 horas.

ANEXOS

Anexo 1

Tabela nº 5: Distribuição da População Segundo o Sexo

Valores absolutos (em milhares)

Tabela nº 5.a: Distribuição da população por região geográfica

Região geográfica	Sexo		Total
	Homem	Mulher	
Norte	3,086.3	3,170.0	6,256.3
Centro	3,935.6	4,246.7	8,182.3
Sul	2,242.1	2,751.2	4,993.4
Total	9,264.0	10,168.8	19,432.2

Tabela nº 5.b: Distribuição de população por tipo de área

Tipo de área	Sexo		Total
	Homem	Mulher	
Urbana	3,116.5	3,356.2	6,472.7
Rural	6,147.5	6,811.8	12,959.3
Total	9,264.0	10,168.0	19,432.0

Tabela nº 5.c: Distribuição da população por província

Província	Sexo		Total
	Homem	Mulher	
Niassa	474.5	515.0	989.5
Cabo Delgado	764.4	861.7	1,625.7
Nampula	1,847.7	1,793.4	3,641.2
Zambézia	1,802.8	1,940.1	3,742.9
Tete	741.7	757.5	1,499.1
Manica	616.3	704.3	1,320.6
Sofala	774.9	844.9	1,619.7
Inhambane	624.7	808.4	1,433.1
Gaza	586.8	771.0	1,357.8
Maputo Província	499.2	614.8	1,113.9
Maputo Cidade	531.4	557.2	1,088.6
total	9,264.0	10,168.0	19,432.0

Fonte: INE

Tabela nº 6: População de 7 anos e mais por força de trabalho (população economicamente activa) e não força de trabalho por sexo.

Valores absolutos (em milhares)

Tabela nº6. a: Por Região Geográfica

Região geográfica	Força de Trabalho			Não força de Trabalho		
	Sexo		Total	Sexo		Total
	Homem	Mulher		Homem	Mulher	
Norte	1,580.1	1,688.8	3,268.9	683.1	590.7	1,273.8
Centro	2,017.1	2,310.6	4,327.8	831.4	770.9	1,602.3
Sul	1,115.0	1,480.1	2,595.1	604.3	729.2	1,333.6
Total	4,712.2	5,479.6	10,191.8	2,118.8	2,090.9	4,209.7

Tabela nº 6.b: Por tipo de área

Tipo de área	Força de trabalho			Não força de trabalho		
	Sexo		Total	Sexo		Total
	Homem	Mulher		Homem	Mulher	
Urbana	1,599.6	1,690.0	3,289.7	832.2	956.1	1,788.3
Rural	3,112.6	3,789.5	6,902.1	1,286.6	1,134.8	2,421.4
Total	4,712.2	5,479.6	10,191.8	2,118.8	2,090.9	4,209.7

Tabela nº 6.c: Por província

Província	Força de trabalho			Não força de trabalho		
	Sexo		Total	Sexo		Total
	Homem	Mulher		Homem	Mulher	
Niassa	244.6	261.0	505.5	93.2	101.2	194.4
Cabo Delgado	422.4	488.5	911.0	140.2	150.2	290.4
Nampula	913.1	939.3	1,852.4	449.6	339.3	789.0
Zambézia	820.3	968.6	1,789.0	411.9	387.9	799.8
Tete	406.9	443.9	850.8	137.5	113.2	250.7
Manica	345.5	418.0	763.4	119.3	125.3	244.6
Sofala	444.4	480.1	924.5	162.7	144.6	307.3
Inhambane	331.5	494.7	826.2	133.1	141.6	274.7
Gaza	251.9	434.6	686.6	154.8	180.8	335.6
Maputo Província	251.3	287.9	539.2	152.0	206.0	358.0
Maputo Cidade	280.3	262.9	543.2	164.5	200.8	365.3
Total	4,712.2	5,479.6	10,191.8	2,118.8	2,090.9	4,209.7

Fonte: INE

Tabela nº7: Distribuição percentual da PEA, de 15 anos e mais por posição no processo de trabalho segundo área de residência, província e sexo, Moçambique, 1997

Área de residência, província e sexo	N	Total	Posição no processo de trabalho								
			Aparelho do Estado	Sector privado	Empresa pública	Sector cooperativo	Conta própria	Trabalho familiar	Cooperativista	Patrão /Emprêsário	Desonhecido
Total	5,865,420	100.0	3.5	6.8	0.9	0.1	64.3	22.2	0.0	0.5	1.7
Homens	2,831,145	100.0	6.0	11.9	1.7	0.2	62.8	15.1	0.0	0.8	1.5
Mulheres	3,034,275	100.0	1.2	2.0	0.2	0.1	65.7	28.8	0.0	0.2	1.8
Urbana	1,342,399	100.0	11.9	21.4	2.9	0.3	45.7	14.0	0.1	1.4	2.4
Homens	779,940	100.0	16.3	30.4	4.3	0.4	37.4	7.3	0.1	1.8	2.0
Mulheres	562,459	100.0	5.7	8.9	0.8	0.2	57.1	23.4	0.1	0.8	3.0
Rural	4,523,021	100.0	1.0	2.4	0.4	0.1	69.8	24.6	0.0	0.2	1.4
Homens	2,051,205	100.0	2.0	4.8	0.7	0.1	72.5	18.1	0.0	0.4	1.3
Mulheres	2,471,816	100.0	0.2	0.4	0.1	0.1	67.6	30.0	0.0	0.0	1.5
Niassa	260,481	100.0	3.3	2.5	0.5	0.1	68.3	23.4	0.0	0.1	1.6
Homens	134,513	100.0	5.6	4.5	1.0	0.1	68.8	18.2	0.0	0.2	1.5
Mulheres	125,968	100.0	0.9	0.4	0.1	0.1	67.7	29.0	0.0	0.0	1.8
Cabo Delgado	589,343	100.0	1.8	2.4	0.3	0.1	79.3	15.2	0.0	0.1	0.8
Homens	268,461	100.0	3.3	4.5	0.6	0.1	78.4	12.3	0.0	0.2	0.7
Mulheres	302,882	100.0	0.4	0.4	0.1	0.1	80.2	17.9	0.0	0.0	0.9
Nampula	1,251,609	100.0	1.9	4.4	0.5	0.1	75.9	16.0	0.0	0.2	0.9
Homens	643,273	100.0	3.2	8.0	0.9	0.2	76.5	9.9	0.0	0.4	0.8
Mulheres	608,336	100.0	0.5	0.6	0.1	0.1	75.3	22.3	0.0	0.0	1.1
Zambézia	1,147,851	100.0	1.7	3.0	0.4	0.1	70.3	23.0	0.0	0.1	1.4

Homens	547,111	100.0	3.0	5.9	0.8	0.2	73.8	14.8	0.0	0.2	1.2
Mulheres	600,740	100.0	0.4	0.3	0.1	0.1	67.1	30.5	0.0	0.0	1.5
Tete	402,565	100.0	2.4	2.5	0.6	0.1	56.0	35.0	0.0	0.2	3.3
Homens	193,174	100.0	4.1	4.6	1.1	0.2	56.2	30.4	0.0	0.4	3.1
Mulheres	209,391	100.0	0.8	0.5	0.1	0.0	55.7	39.2	0.0	0.0	3.5
Manica	296,339	100.0	3.8	7.8	1.1	0.1	52.9	31.6	0.0	0.4	2.3
Homens	149,491	100.0	6.4	13.9	1.9	0.2	51.9	22.9	0.0	0.7	2.1
Mulheres	442,838	100.0	1.1	1.6	0.2	0.1	53.9	40.5	0.0	0.1	2.5
Sofala	225,823	100.0	5.5	10.2	3.0	0.1	56.5	21.4	0.0	0.6	2.5
Homens	217,015	100.0	9.4	17.7	5.6	0.2	50.0	13.9	0.1	1.1	2.1
Mulheres	479,739	100.0	1.5	2.4	0.4	0.1	63.3	29.3	0.0	0.1	2.9
Inhambane	186,622	100.0	2.3	4.7	0.5	0.1	61.8	28.7	0.0	0.6	1.4
Homens	293,117	100.0	4.7	10.3	1.0	0.1	59.8	21.4	0.0	1.2	1.5
Mulheres	419,536	100.0	0.8	1.2	0.1	0.0	63.0	33.3	0.0	0.1	1.4
Gaza	143,098	100.0	2.7	5.0	0.6	0.1	52.6	36.2	0.0	0.8	1.9
Homens	276,438	100.0	6.0	12.4	1.5	0.3	46.4	29.1	0.0	1.9	2.4
Mulheres	276,438	100.0	1.0	1.2	0.1	0.1	55.9	39.8	0.0	0.2	1.7
Maputo	274,160	100.0	8.6	21.2	1.7	0.4	42.2	21.2	0.1	1.7	2.9
Homens	137,878	100.0	13.8	34.0	3.0	0.4	33.3	10.4	0.1	2.6	2.5
Mulheres	136,282	100.0	3.3	8.2	0.5	0.3	51.2	32.2	0.2	0.8	3.3
Maputo Cidade	300,959	100.0	17.5	35.4	3.8	0.5	34.4	3.5	0.1	2.5	2.3
Homens	183,344	100.0	21.4	43.6	5.2	0.4	22.8	1.6	0.1	2.8	2.1
Mulheres	117,615	100.0	11.4	22.6	1.7	0.6	52.5	6.6	0.2	2.0	2.6

Nota: Excluem-se as pessoas que procuravam emprego pela primeira vez

Fonte: INE, Resultados Definitivos do Censo de 1997.

Tabela nº 8: Trabalhadores informais com 7 anos e mais por classe de idade e província

Valores percentuais por linhas

Província	Classe de idade							Total
	7-14	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+	
Niassa	4.9	21.4	28.6	19.9	11.9	8.5	4.8	100
Cabo Delgado	2.2	24.0	29.0	17.0	12.4	8.9	6.6	100
Nampula	2.9	19.2	29.1	21.7	12.8	7.1	7.3	100
Zambézia	2.6	28.0	30.8	16.8	10.6	5.6	5.6	100
Tete	14.2	28.1	23.1	13.5	7.5	5.7	7.9	100
Manica	18.1	24.8	20.1	13.0	12.3	8.0	3.6	100
Sofala	10.2	28.1	21.6	18.3	11.5	6.5	3.9	100
Inhambane	9.6	23.0	19.3	18.1	13.2	10.1	6.7	100
Gaza	7.7	24.9	20.9	16.1	11.7	9.2	9.4	100
Maputo Província	1.8	20.5	28.1	21.5	14.5	8.3	5.4	100
Maputo Cidade	0.6	23.2	26.9	23.8	13.6	7.2	4.7	100
Total	6.6	24.4	26.1	17.7	11.6	7.4	6.2	100

Fonte: INE

Tabela nº 9: Trabalhadores informais com 7 anos por classe de idade e sector de actividade

Tabela nº 9.a: Valores absolutos (em milhares)

Classe de Idade	Sector de actividade				
	Agricultura	Indústria e construção	Comércio e Turismo	Outros Serviços	Total
7-14	497.2	0.9	4.6	1.6	504.3
15-24	1,715.1	34.6	78.5	38.3	1,866.5
25-34	1,758.3	51.8	131.6	53.7	1,995.4
35-44	1,204.4	37.2	89.5	28.0	1,359.2
45-54	795.8	15.9	62.9	16.7	891.4
55-64	534.1	10.5	15.5	4.7	564.8
65+	461.0	5.9	8.8	2.0	477.7
Total	6,965.9	156.8	391.5	145.0	7,659.2

Tabela nº 9. b: Valores percentuais por colunas

Classe de Idade	Sector de Actividade				
	Agricultura	Indústria	Comércio e Turismo	Outros Serviços	Total
7-14	7.1	0.6	1.2	1.1	6.6
15-24	24.6	22.1	20.1	26.4	24.4
25-34	25.2	33.0	33.6	37.0	26.1
35-44	17.3	23.8	22.9	19.3	17.7
45-54	11.4	10.1	16.1	11.5	11.6
55-64	7.7	6.7	4.0	3.3	7.4
65+	6.6	3.7	2.3	1.4	6.2
Total	100	100	100	100	100

Fonte: INE

Tabela nº10: Número de trabalhadores informais com 7 anos e mais por principal sector de actividade
Valores percentuais por linhas

Tabela nº10.a: Por região geográfica

Região Geográfica	Sector de actividade				Total
	Agricultura	Indústria e construção	Comércio e turismo	Outros serviços	
Norte	95.1	1.8	2.7	0.4	100
Centro	94.5	1.0	3.0	1.5	100
Sul	76.5	4.8	13.5	5.2	100
Total	90.9	2.0	5.1	1.9	100

Tabela nº10.b: Por tipo de área

Tipo de área	Sector de actividade				Total
	Agricultura	Indústria e construção	Comércio e turismo	Outros serviços	
Urbana	68.9	6.9	18.4	5.9	100
Rural	97.0	0.7	1.4	0.8	100
Total	90.9	2.0	5.1	1.9	100

Tabela nº10.c: Por província

Província	Sector de actividade				Total
	Agricultura	Indústria e construção	Comércio e turismo	Outros serviços	
Niassa	96.9	0.3	2.4	0.4	100
Cabo Delgado	95.9	1.2	2.0	0.9	100
Nampula	94.3	2.4	3.2	0.1	100
Zambézia	98.6	0.2	0.8	0.4	100
Tete	95.1	1.8	2.3	0.8	100
Manica	91.9	1.6	4.8	1.7	100
Sofala	85.8	1.5	7.9	4.9	100
Inhambane	91.7	2.7	4.2	1.4	100
Gaza	90.7	2.6	5.6	0.9	100
Maputo província	48.0	8.9	31.5	11.6	100
Maputo Cidade	10.9	13.8	49.4	25.9	100
Total	90.9	2.0	5.1	1.9	100

Fonte: INE

Tabela nº11: Trabalhadores com actividade secundária informal por tipo de actividade primária e sector de actividade secundária

Valores absolutos (em milhares)

Tabela nº11. a: Por região geográfica

Tipo de actividade principal	Região geográfica	Sector de actividade secundária informal				Total
		Agricultura	Indústria e Construção	Comércio e Turismo	Outros Serviços	
Informal	Norte	27.7	33.5	24.8	13.1	99.1
	Centro	60.0	41.5	56.1	10.1	167.7
	Sul	36.6	17.4	23.3	11.4	88.7
	Total	124.3	92.4	104.2	34.6	355.4
Formal	Norte	37.2	0.9	0.6	1.1	39.8
	Centro	64.2	1.2	2.9	2.3	70.6
	Sul	14.4	1.4	5.3	4.8	25.9
	Total	115.8	3.5	8.8	8.2	136.2
Total	Norte	65.0	34.4	25.4	14.2	138.9
	Centro	124.1	42.7	59.0	12.4	238.2
	Sul	50.9	18.8	28.6	16.2	114.6
	Total	240.0	95.9	113.0	42.8	491.7

Tabela nº11. b: Por tipo de área

Tipo de actividade principal	Tipo de área	Sector de actividade secundária informal				Total
		Agricultura	Indústria e Construção	Comércio e Turismo	Outros Serviços	
Informal	Urbana	50.5	17.5	28.1	9.4	105.4
	Rural	73.7	74.9	76.2	25.2	250.0
	Total	124.3	92.4	104.2	34.6	355.4
Formal	Urbana	46.8	3.5	8.4	6.5	65.2
	Rural	69.0	-	0.3	1.7	71.0
	Total	115.8	3.5	8.8	8.2	136.2
Total	Urbana	97.3	21.0	36.5	15.9	170.7
	Rural	142.7	74.9	76.5	26.9	321.0
	Total	240.0	95.9	113.0	42.8	491.7

Fonte: INE

Tabela nº 12: Trabalhadores informais com actividade secundária informal por sector de actividade principal e sector de actividade secundária

Tabela nº 12. a: Valores absolutos (em milhares)

Sector de actividade primária	Sector de actividade secundária		
	Agricultura	Não agricultura	Total
Agricultura	4.8	217.4	222.2
Não agricultura	119.5	13.7	133.2
Total	124.3	231.2	355.4

Tabela nº 12. b: Valores percentuais por colunas

Sector de actividade principal	Sector de actividade secundária		
	Agricultura	Não agricultura	Total
Agricultura	3.8	94.1	62.5
Não agricultura	96.2	5.9	37.5
Total	100	100	100

Fonte: INE

Tabela nº 13: Trabalhadores com actividade secundária informal por sector de actividade principal e sector de actividade secundária

Tabela nº 13. a: Valores absolutos

Sector de actividade principal	Sector de actividade secundária				Total
	Agricultura	Indústria e construção	Comércio e turismo	Outros serviços	
Agricultura	13.3	88.1	100.1	29.4	230.9
Indústria e construção	47.5	3.4	2.1	1.0	53.9
Comércio e turismo	90.0	2.1	3.0	2.4	97.5
Outros serviços	89.2	2.3	7.8	10.0	109.3
Total	240.0	95.9	113.0	42.8	491.7

Tabela nº 13. b: Valores percentuais por colunas

Sector de actividade principal	Sector de actividade secundária				Total
	Agricultura	Indústria e construção	Comércio e turismo	Outros serviços	
Agricultura	5.5	91.9	88.6	68.8	47.0
Indústria e construção	19.8	3.5	1.8	2.2	11.0
Comércio e turismo	37.5	2.2	2.7	5.7	19.8
Outros serviços	37.2	2.4	6.9	23.3	22.2
Total	100	100	100	100	100

Fonte : INE

Anexo 2

Questionário das Entrevistas feitas ao Coselho Municipal, Ministério da Indústria e Comércio e alguns Operadores Informais na Cidade Maputo.

I. Questionário para a Entrevista ao Ministério de Indústria e Comércio

Nome _____

Função que desempenha _____

1. Qual é a ligação entre o MIC e o sector informal?

2. Como é que o MIC tem tratado o sector informal no âmbito das suas actividades (por exemplo no processo de licenciamento)?

3. Como é que o MIC vê o estágio actual do sector informal?

4. Quais as perspectivas que a instituição tem em relação ao sector informal?

5. No âmbito da integração regional da África Austral, quais são os desafios (se houver) que o MIC espera enfrentar com as práticas do sector informal?

6. Como M IC tem lidado com a economia subterrânea (actividades ilícitas)? Que métodos tem adoptado para lidar com esses operadores? Que resultados esses métodos proporcionam?

7. Quais são os principais problemas e dificuldades que o MIC depara quando se trata de questões relacionadas com o sector informal? Se existe quais as medidas tem tomado para contonar essa situação?

8. Na sua opinião que medidas adoptar para o melhoramento das condições em os operadores informais desenvolvem as suas actividades?

II. Questionário para a Entrevista ao Conselho Municipal de Cidade de Maputo

Nome _____

Função que desempenha _____

1. Qual é a ligação entre o CMCM e o sector informal?

2. Será ou não o sector informal constrangedor para aquilo que são os objectivos traçados pelo CMCM? Se sim em que medida?

3. Como é que o CMCM vê o estágio actual do sector informal?

4. Quais as perspectivas que a instituição tem em relação ao sector informal?

5. No âmbito da integração regional da África Austral, quais são os desafios (se houver) que o CMCM espera enfrentar com as práticas do sector informal?

6. Tendo em conta ainda a integração regional da África Austral, quais são as medidas que o CMCM pretende ou está a tomar para uma eficiente inserção do sector informal?

7. Como CMCM tem lidado com a economia subterrânea (actividades ilícitas)? Que métodos tem adoptado para lidar com esses operadores? Que resultados esses métodos proporcionam?

8. Quais são os principais problemas e dificuldades que o CMCM depara quando se trata de questões relacionadas com o sector informal? Se existe quais as medidas tem tomado para contornar essa situação?

9. Na sua opinião que medidas adoptar para o melhoramento das condições em os operadores informais desenvolvem as suas actividades?

III. Questionário para operadores informais da Cidade de Maputo

Nome _____

Actividade que desempenha _____

1. Que factores lhe motivaram a prática da actividade informal?

2. Como é que tem visto as intervenções que o CMCM tem efectuado em relação ao sector informal?

3. Que tipo de dificuldades tem enfrentado no decorrer das suas actividades?

4. Que tipo de benefícios obtem praticando a actividade informal?

5. O que acha da integração Regional da África Austral? Em que medida acha que vão ser afectadas as suas actividades?
